

PORTARIA FEDERAL Nº 1.903, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

Referente à doação de imóvel da União para a Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04977.012591/2017-38, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Campinas, Estado de São Paulo, do imóvel localizado na Avenida Francisco Glicério, nº 1.477, Centro, naquele Município, com área de 524,20m² e benfeitorias com 2.767,33m², registrado sob a Matrícula nº 49.948, Livro nº 2, do 2º Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à instalação da Policlínica II, vinculada à Secretaria Municipal de Campinas/SP.

Parágrafo único. O donatário terá o prazo para a conclusão das obras e início da atividade da Policlínica II de 2 (dois) anos, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério da União.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela averbação dos acessórios no Cartório de Registro de Imóveis, bem como pelas demais averbações ou providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 5º A presente doação não exime o Município de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO